O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: AÇÃO E INTERVENÇÃO

SOCIAL SERVICE IN EDUCATION: ACTION AND INTERVENTION

Elder Pereira Ribeiro [1]
Jackson Santos dos Reis [2]

Resumo: As reflexões contidas neste artigo tem o objetivo de identificar o pressuposto teórico da intervenção do serviço social na educação básica e rebatimentos da questão social com elemento fundante de conflitos e construção social. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi reconhecer o papel do Assistente Social em ambiente escolar e a intervenção deste profissional no ambiente escolar. Diante dessa premissa, o aprofundamento destes estudos na temática proporcionou informações acerca de como a atenção do Serviço Social no âmbito escolar pode ter uma proposta interventiva que logo desvelou as alternativas para adquirir uma influência de qualidade e evidenciou potencialidades deste profissional. É necessário evidenciar que para realização deste estudo foi necessário utilizar pesquisa de cunho bibliográfico pelo fato de ter como principal finalidade de desenvolver, esclarecer e tentar relacionar conceitos e ideias para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores. Portanto, os dados e informações coletados foram analisados qualitativamente na forma descritiva e interpretativa para a compreensão do fenômeno estudado em sua complexidade e fundamentado pela reflexão resultante do arcabouço teórico aglutinado no referencial teórico como elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática.
Palavras-chave: Adolescentes; Assistente Social; Educação; Práxis Profissionais.

Abstract: The reflections contained in this article have the objective of identifying the theoretical presupposition of the social service intervention in basic education and social question refutations with the founding element of conflicts and social construction. In this way, the objective of the research was to recognize the role of the Social Worker in a school environment and the intervention of this professional in the school environment. In view of this premise, the deepening of these studies on the subject provided information about how the Social Service attention in the school can have an interventional proposal that soon revealed the alternatives to acquire a quality influence and evidenced this professional potential. It is necessary to point out that for the accomplishment of this study it was necessary to use bibliographical research because its main purpose is to develop, clarify and try to relate concepts and ideas

[1]Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias (BICULT) pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
[2]Mestre em Gerontologia pela UNEATLANTICO. Mestre em Gerontologia Social-UNINI.

for the approaches formulation of more appropriate to the development of later studies. Therefore, the data and information collected were qualitatively analyzed in a descriptive and interpretative way for the understanding of the studied phenomenon in its complexity and based on the resulting reflection from the theoretical framework agglutinated in the theoretical referential as a dynamizing and articulating element of the discourse built on the theme.
Keywords: Education; Professional Praxis; Social Worker; Teenagers

INTRODUÇÃO

A construção e materialização do campo da educação como instrumento de intervenção profissional do Assistente Social é legitimo na observância dos rebatimentos da questão social[3] intrínseca à dicotomia entre a apropriação do capital e a pobreza, resultado expressivo da relação tênue social e sua representatividade social.

É necessário esclarecer que as atribuições e competências dos assistentes sociais são direcionadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres registrados no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas particularidades da política educacional.

Para tanto, a Lei nº. 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social (regulamentação da profissão), especifica em seu artigo:

> "Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos." (BRASIL, 2006, s/d).

Problematizar e analisar o fortalecimento do profissional do serviço social na educação, no atendimento das demandas da questão social - representada pela expressiva condição de pobreza e fortalecimento ideológico do capital, além das propostas contemporâneas de legitimação do campo sócio-ocupacional e instrumentos teóricos operativos e metodológicos jurídica.

Delimitar a importância do Serviço Social na educação e o amparo do ordenamento jurídico é o objetivo desta pesquisa. Para tanto, realiza-se a análise do contexto

[3] Iamamoto (2007, p.156) afirma que a questão social "[...] condensa um conjunto das desigualdades sociais e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais. Netto (Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho, 1983:77 apud NETTO,2006, p. 17, nota de rodapé nº1) ainda afirma "[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operaria e de seu ingresso no cenário político da sociedade (...) É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia[...]."

histórico da questão social, compreendendo-a como resultado do sistema econômico.

Compreender a proposta interventiva dentro da educação e delimitação teórico-operativa e metodológica da ação profissional.

Segundo Gil (2002) a revisão de literatura é determinante na construção da investigação, sendo instrumento indissociável a construção do conhecimento e preenchimento de lacunas ainda não exploradas nos temas abordados.

Portanto, as informações coletadas foram analisadas qualitativamente, pois se almejava desenvolver uma reflexão acerca do papel do Serviço Social em ambiente escolar, no rebatimento e compreensão do processo de pobreza e exclusão social e sua representatividade. Como estudo descritivo-interpretativo, as informações foram analisadas, numa perspectiva histórica para a compreensão do fenômeno estudado, na sua complexidade, fundamentado pela reflexão resultante do referencial bibliográfico apresentado nos tópicos posteriores que foi o elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracterizou-se por ser um estudo de natureza científica, do tipo exploratório, no qual se realizou pesquisa bibliográfica de base teórica com diversos autores.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio eletrônico de artigos, periódicos, leis, portarias e livros, tendo como marcadores: educação; serviço social; pobreza. A pesquisa foi realizada utilizando os artigos disponíveis no site da Scielo (Scientific Eletronic Library Online).

Dentre os critérios utilizados para a seleção estão: artigos publicados em língua portuguesa, com texto completo e ano de publicação no período de 2006 a 2017, e, que abordassem os aspectos relevantes acerca do Serviço Social na educação no enfrentamento da questão social e pobreza.

Foram utilizados como critérios para exclusão, os artigos publicados sob a forma de resumo e os publicados em língua não portuguesa. Concomitantemente à seleção dos artigos pertinentes, foi realizada a leitura e interpretação do material selecionado, através de um instrumento próprio, que permitiu o agrupamento e análise dos artigos, frente aos objetivos propostos. Após a leitura sistêmica dos resumos dos artigos encontrados, fez-se valer os critérios de inclusão e exclusão, e definiram-se os artigos científicos que seriam utilizados neste estudo.

Quadro 1: Publicações cientificas na base de dados SciELO e outros sobre produção cientifica da educação, pobreza e serviço social, no período de 2006 a 2017, segundo a caracterização de título, autor, revista, ano, país e fonte.

Título	Autor	Revista	Ano	País	Fonte
Serviço Social e Educação: Possíveis Contribuições.	GONÇALVES, Amanda Boza; SILVA, Claudia Neves da	PUCPR	2011	Brasil	Outros
Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social.	SIQUEIRA DA SILVA, José Fernando.	Textos & Contextos (Porto Alegre)	2007	Brasil	SciELO
Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica	DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da.	Serviço Social em Sociedade	2015	Brasil	SciELO
Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição.	YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; MONTEIRO FERREIRA, KALINE.	Revista Brasileira de Educação	2012	Brasil	SciELO
Desigualdade, pobreza e serviço social.	NETTO, José Paulo.	Revista Em Pauta	2009	Brasil	SciELO
Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas Sociais.	GODINHO, Isabel Cavalcante	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÖMICA APLICADA (IPEA)	2011	Brasil	Outros
Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência.	EUZEBIOS FILHO, Antonio; LOBO GUZZO, Raquel Souza..	Psicologia & Sociedade	2009	Brasil	SciELO

SERVIÇO SOCIAL DOS POBRES PARA OS POBRES

O Serviço Social, historicamente encontra-se aliado a eficiência do controle estatal sobre a população não proporcionando uma reflexão da estrutura da sociedade brasileira e nos embates gerados pela acumulação capitalista e sua representação da questão social materializada pela pobreza e exclusão social.

Para a superação do ideário profissional atrelado a condicionalidade do assistencialismo, foi inserida, dentro da categoria do Serviço Social, series de movimentos para analisar as propostas teóricas metodológicas e práticas para analisar a realidade com criticidade e propostas interventivas, tendo como objeto o rompimento com a concepção tradicional e reconceituação profissional.

Segundo Netto (2006) este movimento de renovação e rompimento paradigmático ocorreu em três momentos distintos. A perspectiva modernizadora[4], a de reutilização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Na primeira ocorreu um ajustamento ao sistema econômico da ditadura, na segunda apenas revisa o formato teórico metodológico na terceira e mais pungente a ideia inicial romper com a herança conservadora.

Na reconceituação podemos destacar data de (1930-1945) tendo como base teórica o neotomismo, em decorrência atuação junto a "clientes" ou Serviço Social de Caso. Segunda fase datada de (1945-1965) e marcada pela perspectiva funcionalista e da integração social tendo como método o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Destacam-se três momentos históricos no momento de renovação conforme Netto (2006, p. 152-153) o momento inicial nos anos de 1960 foi marcado por seminários de teorização; no segundo momento, na década de 1970, a produção cientifica em nível de pós-; já na década de 1980 ocorre o fortalecimento da categoria pelas entidades Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais (CBCISS), Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) que se liga a entidades de representação social como sindicatos e associações profissionais.

No terceiro momento na Ditadura Militar, o Serviço Social permanece ainda buscando novos caminhos de rompimento com o conservadorismo e com procedimentos engessados e racionais[5]; nesta interação podemos destacar alguns eventos importantes para a categoria como o Seminário de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1970), que constroem a metodologia do Serviço Social (YASBECK, 1996).

[4] "[...] o que a vertente modernizadora do Serviço Social no Brasil faz pós 64, é atualizar a herança conservadora da profissão, de forma a adequá-las 'ás novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender ás exigências da política de desenvolvimento com segurança'. (Iamamoto, 1982:213 apud NETTO, 2006, p. 299)."

[5] Netto (2006, p.123) acerca dos procedimentos racionais define [...] exige-se do assistente social, ele mesmo, 'moderno' - com um desempenho cujos traços 'tradicionais' são deslocados e substituídos por procedimentos 'racionais'.

Podemos destacar como ponto importante com a ruptura da ação profissional O Congresso da Virada que ocorreu no ano de 1979, conhecido como III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizados nos dias 23 a 28 de setembro, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, hoje CFESS (Conselho Federal de Serviço Social).

Conforme Yasbek (2009) neste momento histórico a necessidade de compreensão e rebatimentos decorrentes do capitalismo mundial exigiu da categoria a análise da perspectiva excludente da subordinação social ao capital operando a mudança e revisão dos parâmetros teóricos metodológicos e buscando sustentação na teoria social e Marx.

Silva (2007, p.283) analisando o processo de aproximação do Serviço Social e teoria marxista afirma:

> "Os primeiros contatos entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorreram ao longo do "processo de reconceituação", ou seja, a partir de um movimento de cunho latinoamericano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais e consumiu uma década. " (de 1965 a 1975 – não exatamente).

Iamamoto (1985) traz uma reflexão à ampla discussão da construção histórica do campo profissional para atuação junto à massa populacional explorada e empobrecida. Destaca-se ainda a necessidade de amplo entendimento da dicotomia pobreza e ação profissional. Para entender essa analise situacional de dualidade do Serviço Social, Iamamoto (1985, p.75) contextualiza:

> "[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão, é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. "

Compreende-se a necessidade urgente de discutir e ampliar a intervenção e mediação da construção ideológica e das práticas que reverberam nas condições objetivas da vida social, seja no ambiente escolar ou na pratica profissional do Serviço Social. Para compreender a dinâmica especifica de análise do Serviço Social na educação segue pontual a descrição crítica dos marcos teórico.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Os assistentes sociais que trabalham no âmbito da educação respaldam-se com o seu Projeto Ético-Político, em busca da materialidade das ações profissionais sendo que almejam a formação de uma sociedade que não seja excludente quanto aos recursos de adquirir e produzir conhecimento, proporcionando um espaço democrático para o conflito e para a criação de condições educacionais concretas nas esferas políticas, educacionais e profissionais associadas com valores, compromissos e princípios profissionais.

> "A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. " (ALMEIDA, 2011. p. 12).

Considerando as transformações que vem ocorrendo na sociedade e nas políticas do país, com destaque a Constituição Federal de 1988 e a anuência do Código de Ética de 1993 (vigente até o momento), o Serviço Social no Brasil obteve um avanço qualitativo na fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão.

Na proposta para as Novas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social com o aceite da Proposta Nacional do Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social, em 1997, simultâneo a época de aceitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, os Núcleos de Fundamentação. Traz consigo o trabalho como centro das relações sociais e a questão social como arcabouço fundante da profissão, que oportuniza uma maior familiaridade com a realidade vivida ao mesmo tempo com a tríade ensino-pesquisa-extensão determinada pela Resolução nº. 15, de 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares, alavancam-se uma formação crítica, generalista e histórica, unificando, o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As diretrizes para o Curso de Serviço Social baseiam-se na conquista de um projeto de formação profissional que leve à materialização do que está posto, pela construção comum, no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

> "Este documento de diretrizes estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir do qual cada Instituição de

> Ensino superior (IES) elabora seu currículo pleno. Esta base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABEPSS. " (CRESS, 2006a, s/d).

Por meio dos princípios e diretrizes curriculares, com núcleos de fundamentação vertendo nas matérias básicas e nas atividades integradoras do currículo o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso desfrutara de cada Instituição de Ensino Superior, percursos isolados, porém fundamentados em diretrizes gerais que respaldam a formação profissional do Serviço Social.

A exigência sob o perfil profissional está presente na/para construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Região (2006b, p. 45) tal perfil deve ser:

> "Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usurários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. "

É importante refletir que, ao mesmo tempo, o assistente social está injetado em diversos espaços, construindo os processos de trabalho, Iamamoto (2006) elucida que o exercício do assistente social é, na verdade, um composto da evolução do trabalho, em razão que, não existe um exclusivo e exato processo de trabalho dentro dos diferentes ambientes, e que o assistente social é convidado para executar sua profissão em critérios de trabalho coletivo. Vislumbra-se a sala de aula como espaço de atuação, com realidade diversificada a partir dos sujeitos ali inseridos, o que possibilita a prática interventiva ao assistente social. Atualmente, as salas de aula, apresentam um perfil desuniforme de alunos com realidade diversificada, com reações particulares que possuem relação direta a saúde mental do adolescente e do ambiente familiar dela, e a escola têm papel importante no equilíbrio emocional de seus estudantes. Esta realidade renasce frequentemente na pratica do assistente social, provoca no profissional uma inquietação diante da realidade que demanda uma resposta. Isso faz refletir que:

> "A escola pública, enquanto um espaço sócio ocupacional do Assistente Social, deve sim contar com os dispositivos legais a fim de garantir tal prática. Na escola, tanto pública quanto privada, as contradições da sociedade são expressas de forma mais intensa. Por exemplo, precarização das condições de trabalho dos docentes; gravidez na adolescência; existência de vítimas de violências (física, psicológica, sexual, negligência); expansão do voluntariado no campo educacional e a consequente desprofissionalização daqueles que atual nas escolas; dependência química; prática do narcotráfico no ambiente escolar; insubordinação dos alunos aos limites e regras da escola; perda do atrativo da educação como um meio de

> ascensão social e demais situações de vulnerabilidade social. " (GONÇALVES; SILVA, 2011, p.4).

Outros aspectos expressivos no processo educacional 'social', específico no contexto histórico social dos próprios alunos; em sua maioria, são fatores externos que introduzem no interior das salas de aula as realidades apresentadas neste espaço que materializa a ação e relação aluno/escola. Uma respeitável variação com essa linha de raciocínio é a mudança de processo de aprendizado como social, dentro de uma análise particularizada, respeitando e valorizando as desigualdades como espaço de rebatimentos e construção de nova dicotomia. Com isso, abrem-se uma viabilidade enorme de intervenções para cada perfil de adolescente, métodos diferenciados, conteúdos conduzidos conforme a estrutura de pensamento.

Dentro dessa realidade os que mais sofrem com a desigualdade social são aqueles que são avaliados como "desajustados", ou seja, que se desviam das características legitimadas hegemonicamente, fora do que é considerado "normal".

> "Mas o louco tem seus bons momentos, ou melhor, ele é, em sua loucura, o próprio momento da verdade; insensato, tem mais senso comum e desatina menos que os atinados. Do fundo de sua loucura atinada, isto é, do alto de sua sabedoria louca, sabe muito bem que sua alma foi atingida. E renovando, em sentido contrário, o paradoxo de Epimênides diz que está louco até o âmago de sua alma e, dizendo isso, enuncia a verdade." (FOUCAULT, 1972, p. 233).

A sociedade tal como a escola não está habituada a interagir horizontalmente com o diferente, com aqueles que têm atitudes diferentes da "normalidade", e assim não conseguem dar a devida importância a essas pessoas que ocasionalmente incorrem em medo e repulsa.

> "Por isso é que toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, e da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência da história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. "(FREIRE, 2000, p. 23).

Considera-se que a escola sozinha não supera as problemáticas sobre a pobreza e a desorganização social, "rebatimentos do capital" dos seus alunos; a atuação isolada dos educadores também não alcança resultados aceitáveis, então se faz necessária a junção de outras áreas de atuação, em um trabalho interdisciplinar, problematizando juntos, para construção de novos saberes e novas práticas menos excludentes. Gonçalves e Silva (2011, P.7294) fortalece esta ideia ao afirmar que:

> "A ação do assistente social deve ocorrer em parceria com o Orientador Educacional, Pedagogo e professores,

> em um trabalho interdisciplinar, focando os estudantes e seus familiares, isto é, a tríade escola-família-comunidade. A prática profissional deve ter por finalidade a busca de alternativas para os diversos problemas que se manifestam cotidianamente nas instituições escolares, já citados acima: desmotivação, gravidez, agressividade, evasão, repetência, violência. " (GONÇALVES; SILVA, p. 7294, 2011).

O que torna legitimo, ao Serviço Social, atuar de modo matricial no ambiente escolar e nas representativas da questão social e no limiar das suas especificidades.

O SERVIÇO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS PRERROGATIVAS

É imprescindível a existência de políticas públicas oficiais voltadas para as crianças e os adolescentes, compreendendo as políticas como um conjunto de valores princípios, diretrizes e normas que regulamentam as práticas sociais e a gestão dos bens públicos em função de um bem individual e coletivo (AMSTALDEN e col., 2010).

De acordo o Conselho Federal de Serviço Social, as competências e habilidades do assistente social devem propiciar uma capacitação teórico-metodológica e ética-política como condição fundamental para a destreza de serviços técnico-operativas, e o discernimento, da definição social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, exibindo as possibilidades de atuação contidas na realidade, e deve também assinalar demandas presentes na sociedade, visando a formulação de respostas profissionais para o acareamento da questão social.

O Serviço Social tem a obrigação ética de interferir nas expressões da questão social empenhado com os direitos humanos, sendo um dos princípios principais do Código de Ética do Assistente social, a "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo." (CFESS, 1993).

> "Envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais com o projeto ético-político revela toda a sua razão de ser uma identificação ética só adquire efetividade histórica concreta quando se combina com uma direção político-profissional. " (NETTO, 1999, p. 99).

No bojo da construção e materialidade profissional legitimamos um projeto societário dentro do Serviço Social vinculado a superação de pobreza e desigualdade social.

SERVIÇO SOCIAL NO APORTE DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE AUTONOMIA EDUCACIONAL E SOCIOFAMILIAR

O Parecer Jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000, incluso na publicação do Conselho Federal de Serviço Social (2001, p.13), dispõe sobre as atividades técnicas profissionais que o Assistente Social deve desenvolver no

espaço escolar (descrição na íntegra): - Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; - Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; - Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; - Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; - Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; - Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; - Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação da profissão.

> "Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:
>
> I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
>
> II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
>
> III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
>
> IV - (Vetado);
>
> V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
>
> VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
>
> VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
>
> VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
>
> IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
>
> X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
>
> XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
>
> Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
>
> I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
>
> II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. " (CFESS, 2011, p.28-29).

De acordo com Akerman (1998) a escola é compreendida como local onde as crianças e adolescentes devem estar. Onde são emitidos valores morais relevantes à formação de um cidadão. Simultaneamente, as legislações especiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (2001) robustecem esta postura, ao afirmar que as crianças se deparam em fase de desenvolvimento físico, social e mental, e que a escola é um dispositivo de importância singular para que esse desenvolvimento ocorra de fato. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N°. 9.394/96, compete à escola agora, também manter com a comunidade em que se situa um convívio de colaboração, em que pais ou qualquer pessoa do local se envolvam e participem das atividades promovidas pela escola, em prol de bom aprendizado dos alunos.

O Assistente Social como uma ferramenta executora de políticas públicas e ao passo que no âmbito educacional, se depara com essa demanda emergente com instrumentais apropriados para tratar com a questão em si, amparada pela Lei, pautado num código de ética que preceitua a luta pelos direitos humanos, a busca pela liberdade, a cidadania, a reintegração social, vinculados à efetivação de direitos sociais, reforçando a importância da prevenção como um provedor da cidadania.

Junto a Política Nacional de Assistência Social e em trabalho com outros educadores na área da saúde, com a educação, a psicologia, entre outros é plausível planejar promoção de saúde, atraindo a comunidade local para

atividades alternativas e sócias educativas, até mesmo a prevenção, elaborando uma leitura crítica da realidade ponderando toda uma composição biopsicossocial no que se refere às substâncias psicoativas. Criando uma prevenção através do trabalho de todos, nas escolas, nos lares e nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o ambiente de ensino, educação e aprendizagem. A educação é dilatada pela convivência humana e o ensino são artifícios didáticos e metodológicos que permitem a aprendizagem dos alunos e a capitalização de várias experiências durante a vida do indivíduo, ou seja, é uma troca de conhecimentos. Isso significa que é necessário reservar um maior tempo no contexto de disponibilizar a esse aluno que ele externalize seus anseios, medos e suas habilidades, proporcionando uma maior interação entre o meio onde vive e o espaço em que transita constantemente, no caso a escola.

Analisou-se através da literatura existente, como os assistentes sociais, em ambiente escolar, constroem seu trabalho em relação à prevenção de conflitos por adolescentes. A presença do Assistente Social no âmbito escolar, propicia especialmente as crianças e adolescentes de famílias em situação de risco social, o acesso aos serviços sociais e assistenciais, por intermédio de programas, informações e encaminhamentos empreendidos na própria instituição de ensino que coabitam, singularmente em cenários pelos adolescentes que frequentam a escola.

Sendo que a partir desses subsídios é possível compreender que é imprescindível considerar nos discursos pedagógicos, as práticas reprimidas predominantes nos debates sobre violência e pobreza. E, assim, conduzir outras práticas pedagógicas de prevenção de caráter crítico e histórico, articuladas ao teor das diversas disciplinas da Educação Básica.

O Serviço Social escolar é certamente um desafio para o Assistente Social, em razão que se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado. Constata-se até este momento que as políticas implementadas não são eficientes para garantir uma atuação de qualidade que enalteça as habilidades, competências e atribuições do Assistente Social.

Em âmbito escolar é indispensável reconhecer que as ações são pensadas e efetivadas em concomitância, pela equipe multidisciplinar, sendo que o profissional do Serviço social se revela como um parceiro das ações desenvolvidas na escola com outros profissionais (psicólogos, pedagogos, direção, supervisão, professores).

É importante que a equipe multidisciplinar reconheça que todos estão incluídos no processo de ensino e aprendizagem. As ações e reações serão a resposta então de uma atuação realizada em conjunto com um único objetivo que é o de garantir uma permanência saudável do aluno na escola e com uma educação e qualidade, voltada para a promoção desse aluno enquanto sujeito incluso na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Educação pública e Serviço Social*. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 63. São Paulo: Cortez, 2000. p. 62-75.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais*. In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

AKERMAN, Jacques. *Estratégias de segregação na infância e adolescência: problemas e impasses do encaminhamento para tratamento em instituições de saúde mental*. 1998. 175 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH. Programa de pósGraduação em Psicologia.

AMSTALDEN, A. L. F.; HOFFMANN, M. C. C. L.; MONTEIRO, T. P. M. *A política de saúde mental infanto-juvenil: seus percursos e desafios. Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS.* São Paulo: Editora Hucitec, p. 33-45, 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993. *Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.* In: CRESS MG 6. Região. Coletânea de Leis. 4. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2006.

BRASIL. *Estatuto da criança e do Adolescente*. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.* - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social.* Lei nº. 8662, de 13 de março de 1993.

_____. *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.* Resolução nº 15, de 13 de março de 2002.

_____. *Regulamentação da Profissão.* Lei n° 8.662, de 7 de junho de 1993. Conselho Federal de Serviço Social. *Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada* / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. *Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica.* Serv. soc. soc, n. 121, p. 7-31, 2015.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; LOBO GUZZO, Raquel Souza**.** *Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência.* Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 1, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do conhecimento: Traduzido do francês por AM Sheridan Smith* . Pantheon Books, 1972.

FREIRE, Paulo**.** *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.* São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Isabel Cavalcante. *Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as políticas Sociais.* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 2011.

GONÇALVES, Amanda Boza; SILVA, Claudia Neves da. *Serviço Social e Educação: Possíveis Contribuições.* Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6303_3342.pdf> Acesso em 27 jul.2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.* In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____, Marilda Villela. *Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade.* In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão. Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

NETTO, José Paulo. *O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.* In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.* 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Desigualdade, pobreza e serviço social.* Em pauta, n. 19, p. 134-171, 2007.

OZANIRA, Maria. *O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA DA SILVA, José Fernando. *Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social.* Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 6, n. 2, 2007.

YAZBEK, M. C. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Curso de Capacitação a Distância. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; UnB/Centro de Educação Aberta Continuada a Distância/Cead, 2009. P. 145-148.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; MONTEIRO FERREIRA, KALINE. *Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição.* Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, 2012.